



BANCO INTERMEDIUM



BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Lourdes - 30.110-051

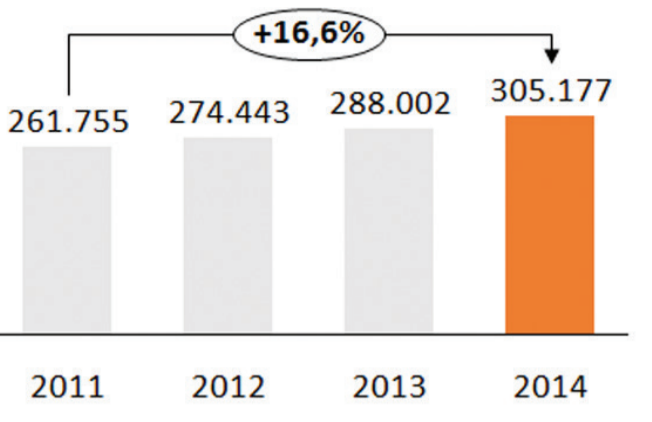
Belo Horizonte/MG - Fone: (31) 2101-7000

www.intermedium.com.br

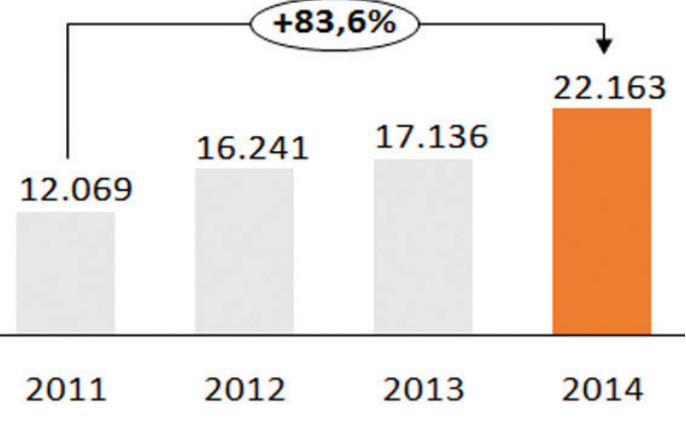
Twitter: twitter.com/intermedium - Facebook: facebook.com/b.intermedium



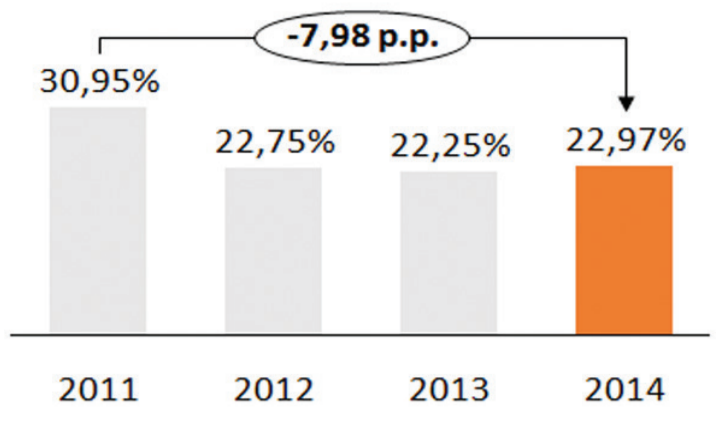
Patrimônio Líquido



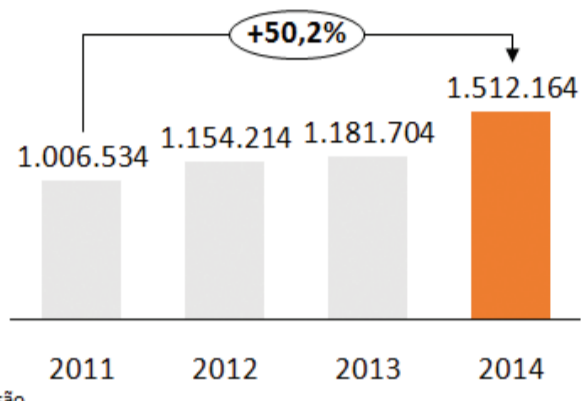
Lucro Líquido



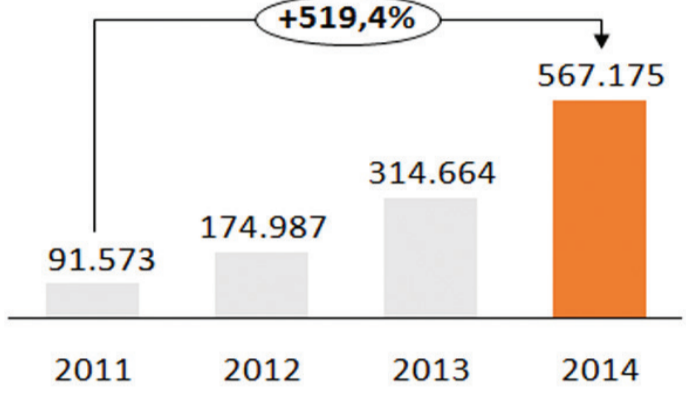
Índice de Basileia



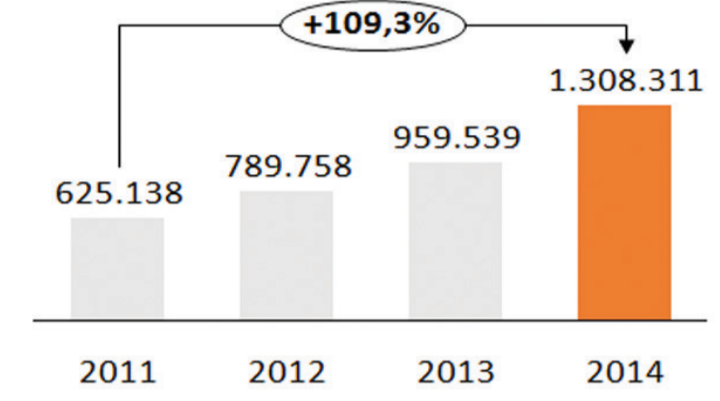
Carteira de Crédito Total*



Carteira Imobiliária*



Depósitos Totais



*Inclui Cessão

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco INTERMEDIUM relativo ao exercício findo em 31/12/2014, em conformidade com as determinações legais e estatutárias.

Recursos, se tornando o produto de renda fixa de maior representatividade do Banco. Intensificamos nossos esforços na estratégia de diversificação e ampliação das receitas de serviços.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2015

Balancos patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras estruturas. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de software, corretagem e agência-mento.

g. Investimentos Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. h. Imobilizado É demonstrado ao custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observadas as seguintes exceções: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

ção. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. m. Eventos subsequentes Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:



BANCO INTERMEDIUM

20 ANOS

BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - Lourdes - 30.110-051

Belo Horizonte/MG - Fone: (31) 2101-7000

www.intermedium.com.br

Twitter: twitter.com/intermedium - Facebook: facebook.com/b.intermedium



B) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

B.1) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referente à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.000.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2013: Principal R\$ 1.254.405,31, multa R\$ 250.881,06, juros R\$ 1.915.942,75 - Total R\$ 3.421.229,12. Em 5 de outubro de 2010 foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

B.2) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação paga a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.000.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2013: Principal R\$ 3.495.852,96, multa R\$ 699.170,59, juros R\$ 2.901.520,18 - Total R\$ 7.096.543,73. Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

B.3) Em 11 de novembro de 2010 foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de 03/2006 a 12/2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

B.4) Em 30 de agosto de 2013 foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL.

Principal de R\$ 11.132.415,84, multa de R\$ 8.349.311,88, juros de R\$ 3.977.497,27 - Total R\$ 23.459.224,99. Foi protocolada impugnação administrativa em 30 de setembro de 2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

B.5) Em 15 de dezembro de 2014 foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de 01/2010 a 12/2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$ 11.132.415,84, multa de R\$ 8.349.311,88, juros de R\$ 3.977.497,27 - Total R\$ 23.459.224,99. Foi protocolada impugnação administrativa em 13 de janeiro de 2015. O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que a instituição teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c) **Movimentação das provisões e classificação por natureza**

Table with 4 columns: Natureza, Trabalhistas, Cíveis, Total. Rows include Saldo em 01/01, Constituições/Atualizações, Pagamentos/Reversões, Saldo Atual 31/12/2014.

d) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos

e) **Outras despesas administrativas**

Table with 4 columns: Segundo Semestre, Exercícios, 2014, 2014, 2013. Rows include Prestação de serviços, Processamento de dados, Aluguel, Comunicação, Despesas bancárias, Serviços técnicos especializados, Propaganda e publicidade, Outros.

f) **Outras receitas operacionais líquidas**

Table with 4 columns: Segundo Semestre, Exercícios, 2014, 2014, 2013. Rows include Recuperação de crédito, Recuperação de encargos, Outras rendas.

22 Outras despesas operacionais líquidas

Table with 4 columns: Segundo Semestre, Exercícios, 2014, 2014, 2013. Rows include Amortização e depreciação, Descontos concedidos, Outras despesas.

23 Outras informações

No Grupo Intermedium a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, e, se apoia em políticas e estratégias estruturadas, e numa equipe técnica e adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e empreta um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus stakeholders.

O Grupo Intermedium possui ainda a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e integridade das informações trabalhadas e do desempenho das Auditorias Interna e Independente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no site eletrônico www.intermedium.com.br, no link Informações Corporativas.

(a) **Acordo da Basileia**

No 2º semestre de 2014 o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular 3.714/2014 alterou artigos da Circular 3.644/2013, impactando no Índice de Basileia, e consequentemente aumento das suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução 4.388/2014 que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro/2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADO) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

(b) **Gestão de riscos de liquidez**

O risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a "cadeia de negócio", desenvolvimento de produtos, negociação e desenvolvimento de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

(c) **Gestão de riscos de mercado**

O risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium a gestão do risco de mercado tem dentro outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

(d) **Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013.

(e) **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre

bre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/generciamento_riscos_capital.pdf.

(f) Ouvidoria

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de comunicação com os clientes e usuários de produtos ofertados e no tratamento e mediação de conflitos. As ocorrências são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até quinze dias, em consonância com norma regulamentar. Tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, com o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. A fim de gerenciar as manifestações, utiliza-se sistema específico, atribuindo um número de protocolo a cada atendimento, em observância à legislação vigente.

(g) Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O Banco Intermedium S/A possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS ÍNDICE DE BASEILEIA - REFERÊNCIA: 12/2014 DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA, PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I PARA COMPARAÇÃO COM O RWA, EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE, CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO, RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWACPAD, RWA PARA RISCO DE MERCADO, RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWAOPAD, MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO, PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA, MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I REQUERIDO, PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I, PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA, MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO, CAPITAL PRINCIPAL - CP, CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA, MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN, PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN, VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN, CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEL AO CAPITAL COMPLEMENTAR, CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II, ÍNDICE DE BASEILEIA.

(h) Responsabilidade Socioambiental

Além daquilo que a Resolução 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium, Responsabilidade Socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente, etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, geração de resíduos, etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

Table with 2 columns: Conselho de Administração, Diretoria Executiva. Rows include RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA PRESIDENTE, AQUILES LEONARDO DINIZ CONSELHEIRO, JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA CONSELHEIRO, JOSÉ FELIPE DINIZ - CONSELHEIRO, MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ CONSELHEIRO, RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA CONSELHEIRO, DIRETORIA EXECUTIVA, AQUILES LEONARDO DINIZ, DAURO DE CARVALHO E SILVA, JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA, DIRETORIA, CRISTIANO HENRIQUE VIEIRA GOMES, MARCO TÚLIO GUIMARÃES, MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA, SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA, CONTADOR RESPONSÁVEL, SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES - CRC-MG 67.120-O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Intermedium S.A. Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Intermedium S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2015 KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-MG Antônio de Pádua Soares Pelicarpso Contador CRC MG-027739/O-3

